

NOSSA SENHORA DE LOURDES

Uma maternidade só para emergências

Cremese determina interdição ética na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

■ O Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe - Cremese - resolveu tomar uma atitude drástica em relação à Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, em Aracaju. Por causa dos problemas registrados na unidade, o Conselho determinou uma interdição ética dos profissionais de plantão. Com isso, os médicos estão impedidos de atender os casos de baixa complexidade para acolher apenas as pacientes em situação de urgência e emergência.

Segundo informações da Secretária do Estado da Saúde, em média, 50% dos atendimentos na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes são de baixo risco. Esse grande volume de pacientes acaba sobrecarregando a unidade. Para se ter uma ideia, somente nos seis primeiros meses deste ano, a unidade teria registrado mais de sete mil atendimentos, sendo que 4.930 foram considerados de baixa complexidade.

Existe também outro problema que motivou a interdição ética do Cremese. No dia 14, uma médica obstetra foi até a Delegacia Plantonista para fazer um boletim de ocorrência contra a Fundação Hospitalar de Saúde por causa da falta de profissionais durante o plantão. O episódio elevou a maternidade a um caso de polícia e expôs as graves deficiências em que se encontra a unidade - muitas delas capazes de pôr em risco a vida das gestantes.

O Cremese teria recebido a denúncia de que 23 pacientes estavam alojadas de forma indevida, o que estaria colocando em risco a vida

dos recém-nascidos - e delas. Além disso, quatro pacientes estavam aguardando procedimentos cirúrgicos, enquanto outras gestantes esperavam na sala de admissão.

Segundo documento assinado pelos conselheiros José Roberto Mellara e Rosa Amélia Andrade Dantas, no dia em que foi prestada a queixa, havia muitos pacientes para um número insuficiente de médicos - o que é um problema de Estado.

Apenas dois obstetras estavam de plantão para atender cerca de 40 pacientes, quando o necessário seriam cinco na escala. No entanto, a Fundação Hospitalar de Saúde não teria condições de ofertar esse efetivo.

O documento da Cremese aponta ainda que faltariam regularmente medicações como analgésicos, anti-inflamatórios e antibióticos. Além disso, na maternidade faltariam equipamentos como sonar.

O conselheiro José Roberto Mellara afirma que desses cinco profissionais, quatro teriam que ficar atendendo na Nossa Senhora de Lourdes, enquanto um ficaria de reserva, caso houvesse a necessidade de cobrir uma falta dos demais.

“Essa escala garantiria condições de trabalho plenas para os obstetras. Enquanto dois profissionais ficariam

no centro cirúrgico, outros dois ficariam no acolhimento aos pacientes. Essa divisão ofereceria uma qualidade ao atendimento e atenderia a demanda”, garantiu o conselheiro.

José Roberto Mellara explica que os profissionais da maternidade estão impedidos apenas de realizar os atendimentos espontâneos, que são os casos de menor gravidade como uma dor de cabeça. A maternidade deverá atender exclusivamente os casos de maior complexidade, ou seja, casos de urgência e emergência. Essa medida pretende preservar a saúde das gestantes em trabalho de parto.

“Estamos visando a qualidade do atendimento para quem necessita. Precisamos dar condições de saúde para essas gestantes e também garantir condições de trabalho para os profissionais que trabalham na maternidade”, afirmou Mellara.

REUNIÕES

Com o objetivo de ouvir as demandas e necessidades dos profissionais, na última quinta-feira, 18, a direção da Fundação Hospitalar de Saúde reuniu-se com integrantes da superintendência da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes e os médicos obstetras que atuam na unidade.

“Essa escala garantiria condições de trabalho plenas para os obstetras. Enquanto dois profissionais ficariam no centro cirúrgico, outros dois ficariam no acolhimento aos pacientes. Essa divisão ofereceria uma qualidade ao atendimento e atenderia a demanda”

Na ocasião, foram discutidas propostas que solucionassem questões como a composição das escalas e condições de trabalho.

De acordo com o diretor-geral da Fundação Hospitalar de Saúde, Marcelo Vieira, foi importante estabelecer o diálogo com os obstetras. “Esse contato com o corpo obstétrico abriu um canal de negociações para ouvir as demandas e tentar solucionar o problema das escalas. Acredito que dessa maneira, podemos melhorar as condições de trabalho e atendimento”, esclarece.

Na sexta-feira, 18, ocorreu uma audiência no Ministério Público Estadual - MPE - novamente entre a Fundação Hospitalar e os obstetras da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes. Na ocasião, ambos manifestaram a vontade de manter a negociação. Uma nova audiência está marcada para o dia 5 de agosto. ■

► COMENTE ESTA MATÉRIA
opine@cinform.com.br